

KUPFER, D. O Ponto G-20. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 06/01/2010.

---

## **O Ponto G-20**

06/01/2010

"Nunca antes na história deste país" o Brasil teve tanta visibilidade internacional como nesse recém-encerrado ano de 2009. Esse fato pode ser interpretado como um indicador antecedente de que o tema da política externa brasileira terá uma proeminência inédita no debate político que vai se travar no ano eleitoral que se inicia. Provavelmente os cientistas políticos saberão dar conta das múltiplas dimensões desse tema, até mesmo em que medida ele será capturado pela necessidade de diferenciar posições, que é típica da própria dinâmica do debate eleitoral, uma vez que no campo interno não se antevê muito espaço para a contraposição de ideias muito diferentes sobre a política econômica. Porém, lógica eleitoral à parte, é plenamente justificável que a questão externa venha a ocupar um dos eixos cruciais de formulação de políticas e, como tal, venha cada vez mais para o núcleo central do debate sobre as alternativas para o desenvolvimento nacional.

Dados recém-divulgados dão conta que a balança comercial apresentou um saldo de US\$ 24,6 bilhões em 2009, praticamente repetindo o montante do ano anterior. O fato, primeiro, desse desempenho ter sido bem melhor do que projetavam as estimativas e, segundo, desse número em termos absolutos ainda corresponder a um valor sonante, não deve, porém, ser interpretado como um sinal de que tudo vai bem no front externo. Isso porque a preservação do montante do saldo comercial está se dando em quadro estruturalmente muito distinto.

Inicialmente não se pode esquecer que as exportações brasileiras enfrentaram uma queda de 23% no ano recém-encerrado, amplamente explicada pela retração do comércio mundial pós-crise, enquanto as importações caíram 26%, número igualmente consistente com o extenso recuo da produção industrial e da formação bruta de capital fixo, os principais setores demandantes de bens importados na economia brasileira. No entanto, com a forte retomada da produção e do investimento domésticos, esperados já para 2010, e a lenta recuperação que ainda deve caracterizar o comércio mundial nos próximos anos, é inevitável que a economia irá rumar para um quadro de déficits comerciais crescentes, mantidas as atuais condições de competitividade sistêmica - câmbio, juros, infraestrutura, etc. Em grandes números, antes da turbulência internacional do final de 2008, para uma expansão do PIB de 5% ao ano, as importações brasileiras estavam crescendo a taxas próximas a 50% anuais. Se esses números retornarem agora em 2010, para assegurar saldo comercial nulo será necessário que as exportações aumentem em pelo menos 25%, uma taxa muito acima das previsões que os mais otimistas dentre os especialistas se animam a fazer.

Uma segunda mudança estrutural em curso, que é bem conhecida, relaciona-se à composição da pauta das exportações brasileiras. Embora a participação de produtos de maior valor adicionado frente as matérias primas baseadas em recursos naturais já viesse

em queda livre há pelo menos três anos, muito antes portanto da crise de fins de 2008 se manifestar, em 2009 esse indicador avançou ainda mais. Aqui, é desnecessário enfatizar o papel da tendência de apreciação do real nesses anos como explicação para esse fato. A essa mudança junta-se uma terceira, mais radical, e por isso mesmo mais importante, que é a nova geografia do comércio brasileiro. Como amplamente noticiado, 2009 marcou a substituição dos EUA pela China como principal destino das exportações brasileiras: 13,1% de "market share" para a China versus 10,3% para os EUA. Evidentemente, as transformações na composição e destino geográfico das vendas externas do Brasil não estão ocorrendo por acaso; ao contrário, são fenômenos profundamente interrelacionados.

Com a crise, os EUA rumaram para um novo padrão de política monetária, apoiado em taxas de juros reais nulas, cujo objetivo de curto prazo é injetar liquidez na economia para contornar os efeitos recessivos da crise financeira mas que busca, em um prazo mais longo, a redução do déficit norte-americano com o mundo, principalmente por meio da desvalorização do dólar. Já a China está ocupada com a tarefa de introjetar o seu padrão de crescimento, buscando torná-lo menos dependente de exportações e mais associado ao mercado interno. Significa que a China está se preparando para enviar para o mundo menos mercadorias e mais capital e receber do mundo mais matérias-primas. Enquanto isso, como resposta imediata à crise interrompeu a lenta valorização que vinha impondo a sua moeda desde 2005 e voltou a atrelar o yuan ao dólar, aumentando as desvantagens competitivas dos inúmeros países que seguem regimes de flutuação cambial, como o Brasil.

Obviamente, essa transição chinesa irá colocar a indústria brasileira em uma posição ainda mais difícil do que a já enfrentada nos últimos anos. Por isso, mais importante do que o tamanho do déficit comercial que a economia brasileira passará a exibir nos próximos anos é a nova geopolítica desse déficit. De um lado, é fundamental que a China aceite valorizar a sua moeda pois, por mais suja que venha a ser a flutuação que a política cambial brasileira se proponha a cumprir, não parece haver mais muita margem, no atual regime de taxas flexíveis aqui adotado, para reduzir substantivamente o hiato de competitividade cambial acumulado entre o yuan e o real. De outro lado, ao Brasil igualmente interessa, com tanta ou maior prioridade, a abertura dos mercados dos países desenvolvidos aos produtos agrícolas e metálicos e a defesa da sua economia de serviços, objetivos que colocam a necessidade de atuação conjunta com os países emergentes, China incluída, para brigar por um maior equilíbrio nas relações internacionais.

Enquanto perdurar essa queda de braços entre EUA e China, a situação da inserção externa brasileira tenderá a se tornar cada vez mais crítica. Essa é a razão fundamental que torna mandatório que o Brasil consiga superar a sua tradicional posição de economia reflexa e comece a participar de modo mais efetivo do jogo diplomático internacional. Por tudo isso, a ação da diplomacia econômica brasileira necessita ser cada vez mais estratégica e desenvolver capacidade de participar de todos os fóruns internacionais relevantes, visando fortalecer a posição brasileira especialmente no G-20 que, após a debacle do sistema financeiro mundial, tornou-se a arena mais decisiva para que essa complexa teia de interesses possa ser tecida.